

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.320 - PR (2019/0278281-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA-PR**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DE TENENTE PORTELA - RS**  
**INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA**  
**INTERES. : EM APURAÇÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência em que é suscitante o Juízo de Direito da Vara Criminal de Capanema – PR e suscitado o Juízo de Direito de Tenente Portela – RS.

Discute-se, na hipótese, se a competência para processar e julgar o delito de estelionato praticado mediante transferência bancária realizada pela vítima para conta pertencente ao investigado é do juízo da comarca onde está a conta bancária que recebeu os recursos obtidos ilicitamente ou do local em que se situa a agência bancária da vítima.

O Juízo suscitado, acolhendo parecer do Ministério Público gaúcho, declinou da sua competência em favor da Justiça do Estado do Paraná, com base no entendimento de que o estelionato praticado mediante transferência bancária se consuma no local em que o agente obteve a vantagem indevida (e-STJ fls. 31-32).

O Juízo de Direito da Vara Criminal de Capanema – PR, por sua vez, ao suscitar o presente conflito, asseverou que, de acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o estelionato praticado mediante transferência bancária se consuma no local em que ocorreu o efetivo dano, o que, no caso em apreço, ocorreu na Tenente Portela – RS, local em que a vítima reside e tem sua conta bancária (e-STJ fls. 64-70).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela fixação da competência do Juízo de Direito de Tenente Portela – RS (e-STJ fls. 77-79).

É o relatório.

Do presente conflito de competência deve-se conhecer por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea *d*, da Constituição da República.

*In casu*, o incidente processual cinge-se a dirimir a controvérsia estabelecida entre os Juízos suscitante e suscitado para o processamento e julgamento do crime de estelionato em que a vítima foi induzida a fazer transferência bancária em favor do investigado.

Dispõe o art. 70 do Código de Processo Penal que a competência será, em regra, determinada pelo lugar em que consumada a infração ou, no caso de tentativa, pelo local em que foi praticado o último ato de execução.

No caso do crime de estelionato com transferência de valores, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se em que o delito se consuma no local em que ocorreu o efetivo prejuízo à vítima.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes da Terceira Seção nesse sentido:

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS ESTADUAIS. ESTELIONATO. INQUÉRITO POLICIAL. GOLPE*

# Superior Tribunal de Justiça

**REALIZADO MEDIANTE ANÚNCIO DE MERCADORIA NA INTERNET. PAGAMENTO PELA MERCADORIA NÃO ENTREGUE. TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA ENTRE CONTAS CORRENTES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL ONDE A VÍTIMA MANTÉM CONTA BANCÁRIA.**

1. O presente conflito de competência deve ser conhecido, por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea d da Constituição Federal - CF.

2. O núcleo da controvérsia consiste em definir a competência para prestar jurisdição na hipótese de estelionato cuja obtenção da vantagem ilícita foi concretizada via transferência bancária entre contas correntes feita pela vítima em favor do agente do delito.

3. Nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal - CPP, "a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução".

4. No caso de transferências bancárias (TEDs), a competência para a apuração do delito é do Juízo do local da agência bancária da vítima, porque a consumação ocorre quando o numerário é retirado do banco sacado para a transferência. Precedente da Terceira Seção: CC 158.703/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 27/8/2018.

5. Na hipótese, há documento emitido pela instituição financeira comprovando a transferência bancária da conta corrente da vítima para conta corrente do autor do delito, no qual se identifica os dados da conta debitada de agência bancária situada em Manaus/AM.

6. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Manaus - AM, o suscitado, considerando o local onde se situa a agência bancária da vítima bem como, que o estelionato se concretizou mediante transferência bancária.

(CC 166.009/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJe de 09/09/2019; sem grifos no original.)

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL X JUSTIÇA ESTADUAL. INQUÉRITO POLICIAL. ESTELIONATO. VENDA DE PRODUTO PELA INTERNET. ENVIO DE E-MAIL COM FALSA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. CONSUMAÇÃO DO DELITO (ART. 70, CPP): LOCAL DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM ILÍCITA, QUE, NO CASO CONCRETO, CORRESPONDE AO LOCAL DE RECEBIMENTO DA MERCADORIA.**

1. Situação em que a vítima vendia mercadoria pela internet e, após receber uma falsa confirmação de pagamento por e-mail, remeteu a mercadoria para o endereço do estelionatário, que foi preso em flagrante quando a recebia do agente dos Correios.

2. Nos termos do art. 70 do CPP, a competência será de regra determinada pelo lugar em que se consumou a infração e o estelionato, crime material tipificado no art. 171 do CP, consuma-se no momento e lugar em que o estelionatário auferir proveito econômico em prejuízo da vítima.

3. Há que se diferenciar a situação em que o estelionato ocorre

quando a vítima é ardilosamente induzida a, voluntariamente, depositar na conta do estelionatário o preço de uma mercadoria que jamais chega a receber, da hipótese (como a dos autos) em que a vítima, também iludida por um artil, é levada a crer que o pagamento pelo produto por ela vendido foi devidamente efetuado e, em consequência disso, voluntariamente entrega a mercadoria. Na primeira das situações (em que pagamentos são feitos pela vítima ao estelionatário), a obtenção da vantagem ilícita ocorre no momento em que o dinheiro sai efetivamente da disponibilidade financeira da vítima. **Tratando-se de pagamento por meio de cheque, transferência bancária ou cartão de crédito, isso ocorre quando os valores saem da entidade financeira sacada. Por esse motivo, em tais casos, entende-se que o local da obtenção da vantagem ilícita é aquele em que se situa a agência bancária onde foi sacado o cheque, seja dizer, onde a vítima possui conta bancária.**

Já na segunda hipótese, em que a vítima é a vendedora do produto, o estelionatário auferir proveito econômico em prejuízo da vítima quando recebe a mercadoria e não chega a pagar por ela. Em tais situações, por óbvio, o local em que é obtida a vantagem ilícita é o local da retirada do produto.

A esse segundo tipo de conduta, corresponde a hipótese com base na qual foi editada a súmula n. 48 desta Corte, segundo a qual Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.

Nesse diapasão: CC 113.947/PA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 06/03/2014; CC 101.900/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 06/09/2010 e CC 96.109/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2009, DJe 23/09/2009.

[...]

(CC 160.053/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe de 27/08/2018; sem grifos no original.)

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE ESTELIONATO. CONSUMAÇÃO. JUÍZO EM QUE OCORRE O EFETIVO PREJUÍZO À VÍTIMA. LOCAL DA AGÊNCIA ONDE A VÍTIMA POSSUI CONTA BANCÁRIA. PRECEDENTES.**

[...]

**2. O delito de estelionato consuma-se no local em que ocorre o efetivo prejuízo à vítima, ou seja, na localidade da agência onde a vítima possuía a conta bancária. Precedentes.**

3. Tendo a vítima efetuado as transferências em agência localizada na cidade de Pacaembu/SP, onde possuía conta bancária, é este o local do efetivo dano e para onde devem ser remetidos os autos para regular processamento e prosseguimento do feito.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Pacaembu/SP, ora suscitado.

(CC 147.811/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe de 19/09/2016; sem grifos no original.)

# Superior Tribunal de Justiça

**PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. LOCAL EM QUE SITUADA AGÊNCIA DA VÍTIMA. CONFIGURAÇÃO DO PREJUÍZO E FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES.**

**A agência da vítima é fator determinante para fixação de competência em se tratando de crime de estelionato, sendo este o lugar da consumação do delito, em virtude do momento do prejuízo.**

**Agravo regimental desprovido.**

(AgRg no CC 145.119/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe de 17/08/2016; sem grifos no original.)

Desse modo, tendo a vítima suportado o prejuízo na cidade de Tenente Portela – RS, já que é nessa localidade que está a agência bancária onde tem a conta e de onde saiu o valor obtido de forma fraudulenta, é nessa comarca que se encontra o juízo competente para processar e julgar o delito de estelionato.

Ante o exposto, **conheço** do conflito e **declaro competente** o Juízo de Direito de Tenente Portela – RS, ora suscitado.

Publique-se.

Dê-se ciência aos juízes em conflito.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator